

O INTERDITO COMO FUNDADOR DO DISCURSO ¹

Fabio Elias Verdiani TFOUNI

O Objetivo deste trabalho é o de refletir sobre o interdito como fundador do discurso. Assim, possui uma ligação forte com o não dito em Pêcheux e com a questão do silêncio em Orlandi

Para chegar a Pêcheux e à AD, iniciamos nossa reflexão com a questão do não dito na lógica e na Pragmática.

Tfouni mostra em seu artigo não publicado que desde a lógica e a pragmática o sentido transborda, vai além do estritamente enunciado.

Na lógica notamos que uma proposição contém mais do que as relações de significado, contém um nível implícito. Assim, no exemplo abaixo notamos a presença de um elemento não dito:

“João esqueceu o cigarro aceso, O fogo destruiu toda a casa”

Há nesse exemplo um elemento causativo não explícito segundo o qual a casa pegou fogo por causa do cigarro aceso.

Quanto à pragmática notamos que nem sempre a estrutura profunda corresponde à superficial.

Tfouni dá o seguinte exemplo onde notamos que o sentido está apenas na estrutura profunda, há um não dito recuperável:

“Você pode alcançar o sal?”

O significado explícito aqui seria: “o falante está perguntando ao interlocutor se ele é capaz ou não de alcançar o sal”

A função real desse enunciado mostra um significado implícito diferente: “Estou pedindo ao meu interlocutor para passar-me o sal.”

Na AD, a questão do não dito já aparece diferente, assim, em enunciados como “Todo preto é pobre” verifica-se a existência de um não dito ideológico.

¹ Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, no dia 23 de outubro de 1998, sob a orientação da Profa. Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite.

Podemos falar de um não dito diferente que notamos quando levamos em conta o sujeito do desejo inconsciente tal como o faz a psicanálise, nos estudos da linguagem.

O estudo da deixis também se revela importante, pois notamos a necessidade de indicadores externos ao dito para se capturar o sentido. exemplo:

“você deve ir lá agora procurar-me”

Os atos de fala indiretos consistem em dizer uma coisa e significar outra, que não seria dita mais seria o sentido mais relevante. Exemplo:

“esta calor!”

Esta locução pode significar “por favor abra a porta”.

Ducrot realiza uma formulação do implícito. Ele seria um não dito recuperável. A AD critica esse ponto de vista. Para Orlandi o não dito vai além do implícito e chega ao silêncio, considerado pela autora um anti-implícito pois não é recuperável.

O conceito de enunciação em AD também leva em conta um não dito. Enunciar para Pêcheux consiste em dizer algo e rejeitar outros sentidos ao mesmo tempo.

A questão do não dito aparece já antes de Pêcheux em Althusser.

Tanto a lógica como a pragmática levam em conta um não dito, mas sua natureza varia, e só se pode chegar a um não dito ligado ao interdito apartir da psicanálise e da AD.

Uma das formas do silêncio em Orlandi é a de dizer x para não dizer y. Sustento neste trabalho que se trata de dizer x porque não se pode dizer y. Aqui já estamos dentro do campo da AD que é atravessado pela noção de subjetividade tal como trazida pela psicanálise.

Dentro da AD os dois esquecimentos se relacionam à impossibilidade de tudo dizer. O esquema nº 1 consiste em um fato fundamental no qual a própria emergência do sujeito, sua entrada no simbólico traz uma impossibilidade. O esq no 1 é para Pêcheux o fundamento da subjetividade na língua. Ele se refere a uma zona de sentidos inacessível ao sujeito. O mecanismo que Pêcheux considera atuante no esq no 1 é o recalque.

Toda discussão de Pêcheux sobre o inconsciente vem mostrar que o autor concebia o sujeito como não podendo significar tudo, e esse não dizer é fundador, porque é por não poder dizer tudo que o sujeito diz alguma coisa.

O esquema nº 2 é caracterizado por um não dizer que é penetrável conscientemente e que é do tipo pre-consciente/consciente.

Uma discussão sobre o interdito tem que levar em conta um sujeito que não é livre, um suposto sujeito senhor de seu dizer. Isto contraria os princípios de Benveniste para o qual o sujeito movimenta a língua por sua conta.

O conceito escolhido em AD para falar daquilo que determina um discurso é o de condições de produção. Propomos neste trabalho uma passagem das condições de produção para as condições da produção. Isto consiste em verificar não quais condições tornam possível este ou aquele discurso, mas em verificar as condições para que haja discurso.

Para Orlandi a condição da produção é o silêncio, para nós é a interdição. O silêncio é necessário para a produção de sentidos, mas o sentido ou discurso não surge por vontade própria, é preciso que haja um operador que ponha o sentido em movimento, ele é o interdito.

Em Orlandi vemos uma flutuação entre o silêncio e o verbal, mas o que cria tanto o silêncio como o verbal e a possibilidade de flutuação é o interdito.

A não logicidade da língua é importante aqui, porque a língua é suscetível ao equívoco. Sustentamos que é por estar sujeito a uma impossibilidade que o discurso é falho.

Assim, a não obviedade é outra marca do discurso, o que é importante pois se tudo é óbvio, não se diz nada.

A tese do interdito mostra um lado importante quando falamos do impossível pois o impossível toca o objeto mesmo da lingüística.

O impossível surge na metáfora paterna, movimento fundador por ser a operação de interdição radical. Aqui notamos que a língua em termos do impossível repete o sexo, e o faz na distinção entre o impossível e o proibido.

O impossível está ligado à lei com “L” maiúsculo e o proibido à lei com “l” minúsculo.

Aqui cabe outra distinção a de simbólico e cultura. Na cultura temos uma proibição num nível superegoico, a lei se dá apoiada num saber, numa consciência.

O simbólico por outro lado se dá apoiado num saber, mas num saber inconsciente e estrutural, e que não depende de nenhuma voz.

Aqui já fica apontado no discurso, algo que vai além da política, o para além é justamente esse funcionamento estrutural que não depende de nenhuma voz.

Assim, já podemos apontar para aquilo que Orlandi aponta como a dimensão do discurso ou do silêncio que vai além da política. Podemos também apontar para o silêncio local como sendo do nível da lei e para o silêncio fundador como do domínio da Lei.

O proibido é manifestação do impossível na cultura, assim, o impossível do sexo se manifesta na cultura sob a forma de diversas proibições. Freud por exemplo comenta que em algumas tribos é proibido para a menina falar o nome do irmão.

Notamos que para Pêcheux o que se passa na trama edípica não é estranho ao discurso e à língua. É pelo mesmo movimento que há língua e há inconsciente, assim o que se passa no inconsciente não é estranho à língua.

A metáfora paterna é um dos conceitos onde se pode falar da interdição, a MP impede que o sujeito permaneça num estado fusional com a mãe, estado este no qual o sujeito estaria em uma plenitude em decorrência da qual não precisaria falar. A MP aparece como injunção a falar de modo que se há uma proibição é a de que “não é possível ser não falante”.

A Metáfora paterna é uma ascensão ao simbólico que ocorre no nível do indivíduo, mas que tem seu correlato no nível social. Trata-se da passagem da natureza para a cultura descrita por Freud em “Totem e tabu”. Esse processo também tem a ver com o pai na medida em que a passagem da natureza para a cultura se dá na passagem do pai real para o pai simbólico.

O par natureza-cultura é tradicionalmente tratado como um lugar de opostos, onde Rousseau tenta imaginar o homem em estado natural.

Levi-Strauss tentou encontrar um critério que permitisse distinguir o que é natural no homem do que é cultural. O natural deve obedecer a leis universais, o cultural se caracteriza por regras de funcionamento particulares.

Todas as sociedades tem regras, então todas estão na cultura. Se todas estão na cultura o fator responsável por isso também é universal. Este fator seria a proibição do incesto.

A oposição indissolúvel entre natureza e cultura presente em algumas concepções se apresenta no Édipo como um conflito passível de uma saída. Esta saída é o acesso ao simbólico.

Resumidamente o mito presente em “totem e tabu” diz que o pai primitivo era um pai violento que guardava todas as mulheres para si e expulsava os filhos à medida que cresciam. A horda primitiva era um bando de irmãos vivendo sob uma tirania sexual forçada. Os filhos então se unem para contestar o despotismo paterno. Com essa união, podem realizar o que seria impossível individualmente. Os condenam o pai à morte, matam-no e o consomem num repasto canibalesco.

Havia um sentimento ambivalente no bando, se comeram o pai por ódio, também o fizeram por admiração, assim depois de ter aplacado seu ódio, passaram a um sentimento de culpa exagerado.

Assim, o pai morto se torna mais poderoso que fora em vida, e os filhos resolvem recusar-se a manter relações sexuais com as mulheres que haviam libertado. Os filhos agora poderiam ser rivais na disputa pelas mulheres, mas para que a sociedade não acabasse em violência, instituam a proibição do incesto.

Com isso ocorre o que J. Dor chama de edificação do pai simbólico, processo no qual o pai real se torna pai simbólico. O homem morto é colocado num lugar especial, um lugar único, ao qual todos renderão daí por diante um culto. Este culto terá por meta edificar simbolicamente o homem que possuía todas as mulheres como um Deus a ser amado e em relação ao qual nutrirão uma dívida sem fim.

O pagamento desta dívida será rendido à instituição simbólica da proibição do incesto: todos renunciam às mulheres que seriam do pai.

Quanto à criança o que ocorre é que ela inicialmente está em estado fusional com a mãe. A criança supõe que é o falo da mãe, que ela é tudo o que a mãe deseja. Nesse momento a castração não se operou ainda, já que a criança supõe ser o falo da mãe. Para que haja castração é preciso que o falo esteja em outro lugar.

Ocorre que a intervenção do pai vai questionar o lugar da criança: ela passa a um estado de incerteza quanto a se é ou não o falo da mãe. Essa incerteza deve ser suficiente para a criança entender que o desejo da mãe é submetido ao desejo do pai. Por isso a mãe não pode ter o filho como falo.

Assim, a criança passa a supor que o desejo de cada um é submetido à lei do desejo do pai. Nesse processo a criança antes alheia ao pai é obrigada a olhar para ele, e nesse movimento passa a ver o pai como sendo o falo, e posteriormente como o tendo.

Em nosso trabalho temos tentado diferenciar o interdito do proibido. O interdito seria o que é estruturalmente impossível, já o proibido seria o possível mas impedido

Para compreender a interdito como estrutural devemos recorrer a uma outra diferença: entre simbólico e cultura. O simbólico funciona porque há Lei com “L” maiúsculo, trata-se de uma lei estrutural que não depende de nenhuma voz. A cultura seria do domínio da lei com “l” minúsculo. o proibido é da ordem de um código no domínio da cultura. O interdito concerne apenas ao saber do inconsciente enquanto que o proibido é do domínio de uma voz, um saber consciente, superegóico.

Tradicionalmente acreditamos que a lei é oposta ao desejo, mas Magno mostra que são um binômio pois a lei funda o desejo.

A construção da rede $\alpha\beta\gamma\delta$ mostra que o simbólico funciona numa lei que lhe é própria:

“Trata-se de mostrar que uma série aleatória obedece, ainda assim, leis que lhe impõem alguma regularidade” (Grimberg)

Trata-se da memória da cadeia significante que funciona como Lei. A lei se mostra no fato de que nem tudo pode ser dito no 3º tempo. se extraio um α ou δ no primeiro termo, só posso ter no 3º um α ou β .

As sequências que não podem ser produzidas na série recebem o nome de caput mortum do significante ele corresponde a $\frac{3}{4}$ da sequência de 4 termos. O caput mortum se apresenta como uma sintaxe subjetiva.

Há aqui a presença de um significante impossível que estrutura a cadeia, ele funciona como causa da cadeia. O impossível não é o inefável, é feito de matéria significante.

A discussão de Orlandi é importante aqui. Para ela o silêncio tem estatuto de fundador, para nós o fundador é o interdito.

O silêncio é para a autora, o espaço diferencial da linguagem. espaço que permite à linguagem significar. O silêncio é este espaço, no entanto o sentido não brota do silêncio sozinho. Nossa proposta é a de que um operador (o interdito) intervém, possibilitando não todo mas algum dizer.

Não é possível dizer duas coisas ao mesmo tempo. Quando digo algo, meu dizer é x, y ou z. Depois que o sentido foi instaurado ele não muda mais, assim temos no dizer as categorias do real: impossível e do contingente.

Para Orlandi o silêncio ultrapassa o político, para nós isto é importante na medida em que apontamos para um interdito que é estrutural e que portanto não depende exclusivamente do político.

Tentamos aproximar o silêncio do real. Isto pode ser visto em algumas passagens de orlandi.

Para concluir, afirmamos a necessidade da tese do interdito para os estudos da linguagem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. (1965). **Lire Le Capital**. Théorie; Maspero: Paris.

- ATTIÉ, J. (1989). O Dito/O Escrito. - O Necessário, O impossível, O Contingente. In: **Isso - Despesa Freudiana**. nº 1.
- BENVENISTE, E. (1989). **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes.
 _____. (1991). **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes.
- COTTET, S.(1987). Penso Onde Não Sou, Sou Onde Não Penso. In: G. MILLER. (org). **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- DOR, J. (1991). **O Pai e Sua Função em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
 _____. (1992). A Metáfora Paterna - Nome do Pai - A Metonímia do desejo. In: **Introdução à Leitura de Lacan**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DUCROT, O. (1988). **O Dizer e o Dito**. Campinas: Pontes.
- FREUD, S. (1995). Tótem e Tabu. In: **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 2.ed.
 _____. (1995a). Além do Princípio do Prazer. In: **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 2.ed.
 _____. (1995b). Recordar Repetir e Elaborar.. In: **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 2.ed.
 _____. (1995c). A repressão. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 2.ed.
- GRIMBERG, A. B. R. (1996). **“Da Memória ao Extra-Mnêmico - Um Estudo Psicanalítico”**. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo. Não publicado.
- GUIMARÃES, E. (1995). **Os Limites do Sentido**. Campinas: Pontes.
- LACAN, J. (1966). Du “Treib” de Freud et Du Désir du Psychanalyste. In: **Écrits**. Paris: Seuil.
 _____. (1971). La Instancia de la Letra en el Inconsciente. In: **Escritos**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno.
 _____. (1971-72). **...ou pire**. Texto mimeografado de versão transcrita não autorizada do Seminário Livro 19.
 _____. (1985). Análise e verdade ou o fechamento do inconsciente. In: **O seminário livro XI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LE BOT, M. (1984). **“Le Silence dans les Mots”**. Corps Écrit, Paris: P.U.F, 12.
- LEITE, N. (1994). **Psicanálise e Análise do Discurso - O acontecimento na Estrutura**. Rio de Janeiro: Ed. Campo Matêmico.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1982). **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes. 2.ed.
- MAGNO, M. D. (1986). **Psicanálise e Polética. A outra**: Rio de Janeiro.
- MILNER, J-CL. (1983). **Les Noms Indistincts**. Paris: Seuil.
 _____. (1987). **O Amor da Língua**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ORLANDI, E. P. (1995). **As Formas do Silêncio - no Movimento dos Sentidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 3.ed.
- PÊCHEUX, M. (1990). **O Discurso - Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes.
 _____. (1993b). Análise Automática do Discurso. In: Gadet, F & HAK, T. **Por Uma Análise Automática do Discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas. Ed Unicamp. 2.ed.

- PÊCHEUX, M. & GADET, F. (1984). **La Lengua de Nunca Acabar**. México: Fondo de Cultura Econômica.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. (1993a). A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: Gadet, F & HAK, T. **Por Uma Análise Automática do Discurso - Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas. Ed Unicamp, 2.ed.
- SAUSSURE, F. (1995) **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix. 19.ed.
- TFOUNI, F. E. V. (1994). **O interdito na linguagem (discurso) e na Psicanálise (inconsciente)**. Projeto de mestrado. Não publicado.
- _____. (1984). **Da Lógica à pragmática**. Manuscrito não publicado.